CADERNO DE ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Índice

PARTE I – Cláusulas Gerais 2
1. Objeto 2
2. Prazo do contrato 2
3. Obrigações principais do adjudicatário 2
4. Preço contratual 3
5. Condições de pagamento 3
6. Penalidades contratuais 4
7. Dever de sigilo 5
8. Proteção de dados pessoais 5
9. Força maior 6
10. Resolução por parte da entidade adjudicante 7
11. Resolução por parte do adjudicatário 7
12. Foro competente 7
13. Subcontratação e cessão da posição contratual 8
14. Comunicações e notificações 8
15. Local da prestação de serviços 8
16. Gestor do Contrato 8
17. Contagem dos prazos 8
18. Legislação aplicável 8
Parte II – Cláusulas Especiais 9
19. Especificações técnicas 9

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

PARTE I – Cláusulas Gerais

1. Objeto

1. Procedimento **Consulta Prévia n.º CPR/24/23/DCP.**
2. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços no âmbito das políticas pedagógicas inovadoras de combate ao insucesso e abandono escolar, através do programa: Saber Crescer.

2. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até **31 de julho de 2022**, ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
1. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
   a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data do contrato, se este for assinado manualmente ou a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, se assinado eletronicamente.
2. Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da entidade adjudicante ou a requerimento do adjudicatário devidamente fundamentado, sem que daqui possa decorrer aumento do preço contratual máximo.
3. Se no decurso do contrato, e até ao seu termo, ocorrer qualquer prorrogação do prazo de execução do projeto e vier a verificar-se a necessidade de, em consequência, proceder à reprogramação das diversas fases do contrato celebrado, fica desde já definido o termo do prazo desse projeto, acrescido das suas prorrogações, como prazo limite de execução do contrato, sem que dessa reprogramação possam decorrer alterações ao objeto do contrato, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.
4. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
5. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

3. Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
   a. Obrigação de execução dos serviços identificados na sua proposta;
   b. Obrigação de garantia de bom funcionamento de todos os serviços efetuados;

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

c. Obrigação de prestar todos os serviços necessários à boa execução do contrato.

1. O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
2. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
3. Não alterar as condições de fornecimento dos bens fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
4. São igualmente da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.

4. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior a 53.050,50€ (valor sem IVA).
3. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, ou nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças[1].
4. O preço a que se refere o n.º 2 é dividido pelas diversas fases de execução do Contrato, nos seguintes termos:
   a) O pagamento deverá ser mensalmente, dividido em tranches de igual valor.

5. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
   a. o artigo 36.º do CIVA;

[1] No caso de serviços

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;

c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):

   i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;

   ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com .

2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa.**
3. No caso de entregas parciais, o valor a pagar é faturado de acordo com os serviços prestados, se aplicável.
4. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a execução dos serviços prestados.
5. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
6. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
8. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
9. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029."

6. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

   a) Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;

   b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

7. Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

8. Proteção de dados pessoais

1. O adjudicatário e a entidade adjudicante obrigam-se, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, a dar rigoroso cumprimento ao disposto na respetiva legislação aplicável, nomeadamente, ao Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril, sem prejuízo das obrigações que possam resultar igualmente para terceiros, nomeadamente, para a entidade gestora da plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e para o IMPIC, IP.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial mo Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.
4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

9. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

10. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposo das obrigações assumidas no contrato pelo adjudicatário, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposo por parte do adjudicatário:

    a) Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do adjudicatário;
    b) Prestação de falsas declarações;
    c) Estado de falência ou insolvência;
    d) Cessação da atividade;
    e) Condenação, por sentença transitada em julgado, por infração que afete a idoneidade profissional do adjudicatário e desde que não tenha ocorrido reabilitação judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao adjudicatário.

11. Resolução por parte do adjudicatário

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

12. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

13. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

14. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

15. Local da prestação de serviços

Os serviços objeto da contratação serão prestados nos diversos estabelecimentos de ensino da rede pública concelhia (Eb1/JI que constituem os AE e Conservatório de Música Calouste Gulbenkian).

16. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, é designado como gestor do contrato: Ana Sofia Cerqueira - ana.cerqueira@cm-braga.pt

17. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

18. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

Parte II – Cláusulas Especiais

19. Especificações técnicas

Pretendemos que o projeto assente em cincos eixos de trabalho colaborativo entre vários agentes educativos.

Diagrama cronológico detalhado das atividades a desenvolver:

	março	abril	Maio	junho	julho
Avaliação diagnóstica e definição de objetivos	X				
Planificação e calendarização das atividades	X				
Execução das ações	X	X	X	X	
Avaliação da execução		X	X	X	
Apresentação dos resultados				X	X

Especificações de funções:

1. Elaborar e calendarizar o plano de intervenção em articulação com o Município de Braga e os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada;

2. Realizar a avaliação diagnóstica e intervenção ao nível da terapia da fala de alunos/crianças sinalizados pelos contextos educativos, para a deteção dos problemas de aprendizagem devido a problemas linguísticos, compreensão e expressão da linguagem e da fala.

3. Efetuar intervenção direta com as crianças/alunos finalistas do Pré-Escolar e 1º e 2ºano do 1ºCEB;

4. Dinamizar sessões de trabalho entre a equipa do projeto e os interlocutores do Município de Braga, os Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada;

5. Elaborar e implementar planos de intervenção adequados às situações diagnosticadas, dando resposta às necessidades das crianças/alunos;

6. Implementar um Programa de Promoção de Competências de Literacia Comunicacional, Leitura e Escrita, dirigido a alunos finalistas da Educação Pré-Escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico (consciência fonológica, competências linguísticas, leitura e escrita, etc...). A implementação deste programa de estimulação de competências linguísticas concretizar-se-á através da realização de sessões semanais/quinzenais para o desenvolvimento de atividades de consciência fonológica, bem como a sua relação com a escrita, em contexto de grupo-turma/pequeno-grupo, referenciados pelas estruturas escolares (SPO, EMAEI, Departamentos Curriculares da Educação Pré-Escolar e 1º CEB).

7. Realizar sessões de acompanhamento individual ou em grupo com os alunos/crianças sinalizados com problemas de aprendizagem devido a problemas linguísticos, compreensão e expressão da linguagem e da fala, a perturbações de leitura e escrita – dislexia, disgrafia, entre outros;

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

8. Criar instrumentos de sinalização, de monitorização e avaliação das atividades/ações;

9. Efetuar sessões de trabalho de equipa entre a entidade parceira, o Município, a CIM do Cávado, os Agrupamentos de Escolas e Escola Não Agrupada e as equipas TEIP/SPO para a avaliação e discussão das situações problemáticas;

10. Colaborar com os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) e com as Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) dos Agrupamentos de Escola e Escola Não Agrupada, na dinamização de ações de apoio a alunos/famílias;

11. Promover reuniões formais ou informais de articulação e encaminhamento com as diferentes entidades;

12. Desenvolver trabalho colaborativo com Educadores e Professores na definição de medidas e respostas educativas diferenciadas;

13. Participar nos grupos de trabalhos e reuniões com os professores/ educadores;

14. Organizar ações de formação para os AO para o desenvolvimento de atividades no receio;

15. Realizar sessões de consultoria/apoio técnico especializado a Professores Titulares e a Educadores de Infância, no âmbito do Programa de Promoção de Competências de Literacia Comunicacional, Leitura e Escrita;

16. Desenvolver ações especificadas no âmbito do PIICIE, com a realização de seminários, tertúlias e sessões temáticas relacionadas com a promoção do sucesso escolar;

17. Proceder à recolha, análise de dados e introdução dos dados na ferramenta de diagnóstico M.A.P.I.E. e colaborar na elaboração dos relatórios periódicos de Monitorização e Avaliação das Ações do Projeto;

18. Contribuir para a elaboração dos Planos de Ações de Melhoria do Projeto apresentando periodicamente relatórios intercalares de monitorização;

19. Realizar avaliação trimestral e final do projeto, com demonstração do processo evolutivo de cada criança/aluno e o impacto que o mesmo teve nos processos de ensino-aprendizagem, no limite até 30 de junho de 2023.

Perfil dos recursos humanos a afetar ao projeto:

1. Um Coordenador - que coordenará os trabalhos a desenvolver pela equipa, numa lógica de trabalho em rede na comunidade educativa de Braga. Este coordenador deverá ter formação académica ao nível da Terapia da Fala, experiência profissional na área da Terapia da Fala com intervenção em contexto educativo e afetação ao projeto a 100%;

2. Três terapeutas da fala - estes técnicos irão implementar e concretizar as atividades a desenvolver no âmbito dos trabalhos supra descritos. Estes técnicos deverão ter formação académica ao nível da Terapia da Fala, com experiência profissional na área da Terapia da Fala, com intervenção em contexto escolar e afetação ao projeto a 100%.

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt

Regras a aplicar aos documentos:

Em todos os suportes produzidos deverão ser inseridos os logótipos do Município de Braga, da CIM Cávado, do Programa Operacional Regional do Norte 2020, do FSE e das Instituições promotoras e parceiras do projeto no qual a aquisição se enquadra, respeitando as normas e regras de comunicação vigentes no âmbito da operação NORTE-08-5266-000200. Todos os relatórios, registos, comunicações, e demais documentos elaborados pelo Adjudicatário devem ser integralmente redigidos em português

Despacho:

Aprovo o presente caderno de encargos.

Braga, 23/02/03

O Presidente da Câmara,

.....

(Ricardo Rio)

Praça Municipal – 4700-435 Braga | Tel.: 253 616 060 | contratacao.publica@cm-braga.pt